

Índio elabora Carta da Terra

Rio — A demarcação de terras e o fim do genocídio, em especial na África e na Ásia, são os principais pontos da "Carta da Terra" que mais de 150 índios de 26 países dos cinco continentes estão preparando na Conferência dos Povos Indígenas, na aldeia Kari-Oca, para apresentar aos chefes de estado na Rio-92. Ontem, numa reunião, os representantes relataram a situação de seus povos, deixando claro que o ponto que os une é a falta de terras. Hoje os índios divulgarão a programação para quando a aldeia Kari-Oca for aberta ao público, o que acontecerá no próximo domingo.

Os índios estão discutindo a possibilidade de cobrar ingresso porque a manutenção da aldeia — com alojamento e comida para mais de cem pessoas — é muito cara. A entrada será disciplinada e os visitantes poderão até ganhar crachás. Tudo para evitar que a aldeia seja invadida e a rotina dos índios que ficarão vivendo lá até terminar a Rio-92 sofra alterações.

Desde ontem tribos brasileiras estão vendendo artesanato: guaranis, maxacalis, carajás, guajajaras e terenas expõem arcos, flechas, instrumentos musicais, tecelagem, cerâmicas, camisetas e ervas medicinais. Os preços variam de acordo com a cara do freguês, mas, em dólar.

Na "Casa dos Homens", onde acontecem as plenárias, homem branco só entra se for índio norueguês ou japonês. Os jornalistas puderam apenas registrar parte da sessão em que os representantes das tribos começaram a discutir os temas da "Carta da Terra". Em Bangladesh, a situação é tão grave que os povos indígenas sofrem perseguição política, como contou o presidente da Chittagong Hill Tracts, a união das tribos daquele país, Subedh Bikasa.

A Conferência conseguiu fazer até que inimigos tradicionais, como os caiapós e os carajás, se sentassem para discutir seus problemas. A confraternização se estende à hora do almoço — onde todas as tribos entram na fila do bandeirão — e nos momentos de festa: ontem à tarde, terenas e potiguaras dançaram e cantaram juntos.

Fórum — A criação de um Mercado Comum Amazônico para a captação de recursos que conduzam a um desenvolvimento sustentado da região, e a cobrança de royalties dos países que usam as essências e a flora medicinal da Amazônia para fazer produtos industrializados são as duas propostas básicas do Parlamento Amazônico que estão sendo discutidas no Primeiro Fórum Amazônico, aberto ontem e que vai até sexta-feira no auditório da Petrobrás, no centro da cidade.